



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.160 de 2012

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI aos representantes comerciais.

Autor: Deputado Gilmar Machado

Relator: Deputado Guilherme Campos

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.160/2012 concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por representantes comerciais.

A proposição passará pela análise das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Cabe a esta Comissão manifestar-se quanto ao mérito e à adequação orçamentária e financeira. Concluído o prazo, não foram apresentadas emendas à matéria.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe verificar se a proposição é: a) adequada, ou seja, se está abrangida pelo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; e b) compatível, isto é, se não conflita com as normas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e demais normas relacionadas às receitas e despesas públicas.

Preliminarmente, a análise da adequação orçamentária e financeira. O Projeto trata de renúncia de receita, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece isenção em caráter não geral como um tipo de renúncia. Por isso, alguns procedimentos devem ser observados na produção legislativa do Projeto em tela,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

em razão do disposto ao artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos artigos 90 e 91 da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013, especialmente quanto a:

- a) Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;
- b) Apresentação da compensação;
- c) Demonstração de que não será afetada a meta de resultado fiscal prevista em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Apresentação de cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

De modo cumprir a primeira exigência, instada por mim, a Secretaria da Receita Federal informou que a renúncia de receita estimada é de R\$116,67 milhões (em 2013), R\$129,43 (em 2014) e R\$143,59 (em 2015). Para cumprir a segunda exigência, de apresentação da compensação, solicitei ao autor do projeto – por meio do ofício GAB/PSD nº 067, de 16/10/12, e do ofício GAB/PSD nº 1.305, de 16/11/12 – que a apontasse, mas, infelizmente, não obtive resposta. Restando tal exigência por ser cumprida é implicada a incompatibilidade orçamentária e financeira da proposição.

Conforme dispõe o art. 10 da Norma Interna da CFT, nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator. Dessa forma, deixo de apreciar o mérito do Projeto em comento.

Diante o exposto, voto pela **incompatibilidade orçamentária e financeira** do PL 3.160/2012, não cabendo manifestação quanto ao mérito.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Guilherme Campos
Relator